

Fé e obras

Anunciar o evangelho aqui e agora

Manuel Linda*

Numa das suas fábulas, Esopo conta que um fanfarrão se gabava da proeza de conseguir dar um salto absolutamente fantasmagórico. Proclamava aos muitos curiosos que se juntaram para o ouvir: «Nem antes nem depois de mim haverá quem realize o que eu faço. Com um único salto, consigo passar por cima desta nossa cidade de Rodes. É pena que não esteja aqui ninguém dos que já me viram fazer isso. Eles seriam as minhas testemunhas.» Ao fundo do grupo, um velho tisonado pelos anos e pelo conhecimento das levandades humanas, lançou-lhe: «Nós dispensamos palavras e testemunhas. Estás em Rodes. Faz isso na nossa frente e nós acreditaremos em ti.» Mas o fanfarrão deu meia volta e retirou-se. Não para se preparar para o salto, mas para se furtar ao ridículo perante o grupo.

Vem-me isto à mente na hora de iniciar a reflexão sobre este tema. Uma fé que se proclamasse e não se manifestasse em específicas obras cobrir-se-ia do mesmo ridículo do fanfarrão: seria uma vacuidade. Claro que com isto não quero afirmar que a verdade da fé se comprova pelo número de obras que gera. Mas tão-somente que a verdade de Deus que chega até nós não é de dimensão meramente intelectual ou do domínio da razão racionante, mas da ordem do existencial: é uma vida nova em Cristo, portadora de uma outra densidade, que nos leva a sentir como Ele sente e a fazer como Ele faz.

* Bispo das Forças Armadas e de Segurança; Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa – Porto.

1. A problemática nas fontes da fé

Quando falamos neste binómio fé e obras, a nossa cultura religiosa transporta-nos logo para a questão em S. Tiago e em S. Paulo. Este não é o assunto primordial desta comunicação. Mas convém situarmo-nos a partir dos fundamentos da nossa vida crente.

Todos conhecemos a passagem da carta de S. Tiago na qual se desenvolve a ideia central da coerência entre a vida e a fé que se diz professar: «De que aproveita, irmãos, que alguém diga que tem fé, se não tiver obras de fé? Acaso essa fé poderá salvá-lo? Se um irmão ou uma irmã estiverem nus e precisarem de alimento quotidiano, e um de vós lhes disser: "Ide em paz, tratai de vos aquecer e de matar a fome", mas não lhes dais o que é necessário ao corpo, de que lhes aproveitará? Assim também a fé: se ela não tiver obras, está completamente morta» (Tg 2, 14-17). E termina com uma sentença fortíssima: «Assim como o corpo sem alma está morto, assim também a fé sem obras está morta» (Tg 2, 26).

Um dos grandes temas da teologia paulina, porém, é a acentuação da fé em Cristo como única realidade que verdadeiramente salva e não o prescrito pela lei de Moisés e outras subtilezas rabínicas. Lembremo-nos de passagens como esta: «Sabemos que o homem não é justificado pelas obras da Lei, mas unicamente pela fé em Jesus Cristo; por isso, também nós acreditámos em Cristo Jesus, para sermos justificados pela fé em Cristo e não pelas obras da Lei; porque pelas obras da Lei nenhuma criatura será justificada» (Gal 2, 16).

Contradição entre os dois Apóstolos? De maneira nenhuma. O que S. Paulo quer vincar bem é que pode verificar-se a atitude que fundamenta a salvação na própria ação, nos méritos da conformidade de vida com uma qualquer série de preceitos comezinhos. Neste caso, a fé em Jesus Cristo nem sequer entra no projeto de tal vida. O que a ocupa e preocupa é o cumprimento ridículo de chegar ao pormenor de pagar o dízimo da hortelã e da arruda (cf. Mt 23, 23). Então, a salvação só dependeria das próprias forças humanas: cada um se salvaria a si mesmo e o Filho de Deus nada teria de se meter neste assunto. Obviamente, Paulo vê nesta autossuficiência a completa recusa da justificação de Deus e da ação salvífica de Cristo¹. A salvação não seria um dom que se acolhe, mas uma conquista que se realiza. Completamente diferente é a correspondência à graça: «É pela graça que estais salvos, por meio da fé. E isto não vem de vós; é dom de Deus; não vem das obras, para que ninguém se glorie. Porque nós fomos feitos por Ele, criados em Cristo Jesus, para vivermos

¹ Cf. G. COLZANI – Obras. In DICCIONARIO ENCICLOPEDICO SAN PABLO. CRISTIANISMO. Madrid: San Pablo, 2009, 712-713.

na prática das boas obras que Deus de antemão preparou para nelas caminhar» (Ef 2, 8-10).

É esta necessária "prática das boas obras" – não as da lei moisaica – que S. Tiago frisa com insistência. E se S. Paulo as relaciona com o ato originário da liberdade – não da imposição da *Torah* – S. Tiago vê-as como objetivação dessa mesma liberdade. Os dois coincidem, portanto, nos seguintes traços doutrinários, fundamentalíssimos: o essencial da adesão a Jesus Cristo é a fé; derivado da fé, há um específico "modo de ser" que se traduz em obras apropriadas; tal como se passa com a videira e com os ramos (cf. Jo 15, 1-8), a graça ou ação do Espírito de Jesus em nós é que garante que a árvore boa dê bons frutos (cf. Mt 7, 17); a atuação cristã supõe a radical liberdade: a liberdade de Deus lhe conceder a graça e a liberdade de o homem lhe corresponder; por isso, nem Deus está obrigado a conceder ao homem a salvação, nem este é o seu agente principal.

2. Existência cristã: uma fé que se traduz em obras

Quer o Magistério, quer o "sentido da fé" dos fiéis sempre entenderam assim as consequências da adesão a Jesus Cristo. Sabem que, como acentua o Novo Testamento, o seguimento do Mestre é a categoria básica da existência cristã. O «seguimento de Cristo» é a «fórmula com que se exprime o significado total da existência cristã, naquilo que esta tem de relação estreita com Jesus de Nazaré confessado como Cristo»², isto é, como único Salvador, ontem, hoje e sempre. Evidentemente, esta expressão, hoje, tem de se entender em significado metafórico: o seguimento é condição de todo o crente e não apenas do grupo dos Doze; depois, «o "seguidor" (todo o seguidor e o grupo dos seguidores formando comunidade) tem uma forma de vida condicionada por e em coerência com a dupla referência básica: ser "servidor" e "sinal" de irrupção do reino de Deus»³. Não é algo de poético ou um vago sentimento de admiração: passa antes por aquela mudança radical de vida, habitualmente designada por «conversão», mas que também pode ser dita como transformação (cf. Ef 2, 4), configuração com Cristo (cf. Rom 8, 29), vida nova (cf. Rom 6, 4), homem novo (cf. Ef 4, 23) e, fundamentalmente, imitação⁴ (cf. 1Cor 4, 6).

² M. VIDAL, *Una nueva moral fundamental. El hogar teológico de la Ética*. Bilbao: Desclée, 2000², 142.

³ ID., *Ibid.*, 144.

⁴ Tomo as noções de «seguimento» e «imitação» como semelhantes, embora os teólogos discutam sobre as aproximações e diferenças entre estes conceitos. Cf. G. TURBESSI – Il significato neotestamentario di "sequela" e di "imitazione" di Cristo. In *Benedictina* 19 (1972) 163-225.

2.1. O exemplo de Jesus Cristo: o amor samaritano

Mediante a graça, a pessoa de Jesus atua no batizado de forma tão profunda que o transforma em nova criatura. É uma nova antropologia que está em causa: não um novo mapa genético, mas um ser que transcende a matéria, as suas limitações e os seus apetites, para, sem a negar, entrar num outro domínio de sentimentos, mais típicos do Homem-Deus do que do homem-animal. Na comunhão com Cristo, o Seu modo de pensar e amar são assimilados pelo crente que, assim, acrescenta às suas potencialidades humanas novas capacidades cognitivas e volitivas, novos valores e novas atitudes⁵.

É este um tema de sempre, mas posto em relevo pelo magistério recente. Se «a fé não só olha para Jesus, mas olha a partir da perspectiva de Jesus» (*Lumen fidei*, 18), então, viver em Cristo ou deixar que Cristo o habite é uma experiência singularíssima, pois ajuda a razão a ver com outros critérios e a vontade a atuar com outra convicção. Esta união com Jesus produz um duplo efeito: humaniza os sentimentos da pessoa e «diviniza-a», pois leva-a a ser como Jesus é e a fazer como Jesus faz. Diz o Papa Francisco, «na fé, o “eu” do crente dilata-se para ser habitado por um Outro, para viver num Outro e, assim, a sua vida amplia-se no amor» (LF 21). Esta é a novidade da fé. Novidade sentida por S. Paulo e que o levou a exclamar: «Já não sou eu que vivo. É Cristo que vive em mim» (Gal 2, 20).

Esta novidade traz consequências. A primeira é que não é possível viver em Jesus sem sentir o amor gratuito do Pai que se derrama como perdão e promoção. Este amor é uma experiência de misericórdia para com todos, particularmente para com quem vive na dor e nas margens. É o que acontece com Jesus: «porque experimenta a Deus como amor, proclama a vinda do seu reino, do seu projeto salvador para os homens; porque experimenta a Deus como Pai, compreende que a afirmação histórica da sua realidade é a fraternidade entre os homens»⁶.

Depois, o crente habitado por Cristo é portador de uma «lógica nova» (LF 27), como diz o Papa na encíclica que venho a referir. Esta lógica é a força de uma atração incomensurável pelo outro, particularmente pelo que sofre. É uma atração comparável à do namoro⁷: quem ama tudo faz para ver o outro feliz. É o amor que contrabalança a nossa natural tendência para o comodismo e para o isolamento e nos leva a sair de nós para o encontro com o irmão.

⁵ Cf. S. BASTIANEL, *Vita morale nella fede in Gesù Cristo*. Milano: San Paolo, 2005, 11-29.

⁶ R. AGUIRRE – Reino de Dios y compromiso ético. In M. VIDAL (Coord.), *Conceptos fundamentales de ética teológica*. Madrid: Trotta, 1992, 74-75.

⁷ Neste mesmo n.º 27 da *Lumen fidei*, o Papa cita o filósofo Wittgenstein e afirma: «O amor verdadeiro unifica todos os elementos da nossa personalidade e torna-se uma luz nova que aponta para uma vida grande e plena.»

A abertura do amor é universal: atinge a todos. Mas é portadora de uma especial sensibilidade para com aqueles que, pelas circunstâncias da vida, não se podem inserir naturalmente na sociedade. Como diz um autor atual, «pondo logo em primeiro lugar a experiência de Cristo [...], chega-se imediatamente à opção pelos pobres, sem possibilidades de evasão, porque esta é a via que Cristo indicou e percorreu com amor total. A profunda experiência de Cristo não diminui o empenho das comunidades cristãs a favor dos pobres, mas torna-o menos retórico, mais exigente e mais verdadeiro [...]. A experiência de comunhão de vida com o Homem novo [Jesus] faz com que a ação libertadora e promotora seja mais revolucionária e mais proporcional às exigências de transcendência intrínseca à natureza das pessoas, ícones de Deus»⁸. Voltaremos a este assunto.

2.2. A fé vivida em comunidade: Igreja da caridade

É uma categoria básica da fé cristã a tomada de consciência de que ela «nos leva a ultrapassar o nosso “eu” isolado, abrindo-o à plenitude da comunhão» (LF 4). E esta, enquanto corpo visível, tem um nome: é a Igreja. A existência crente encontra, pois, no outro crente o lugar primordial da vivência do amor/comunhão. A ponto de o considerar efetivamente um «irmão». Por conseguinte, porque a graça não prescinde da natureza, mas a supera e parte dela, embora cronologicamente isso não seja possível, sob o ponto de vista ontológico e axiológico, o crente deveria privilegiar o serviço ao irmão crente e só depois voltar-se para o de fora, a exemplo da primitiva comunidade modelo de Jerusalém. Insisto: isto sob o ponto de vista ôntico-fiducial. Porque constitui um título de glória para a Igreja o serviço a todos, mesmo aos de fora, também eles participantes da comum e primordial dimensão de humanidade.

A nova encíclica reforça esta dimensão. Se a comunidade crente é quem reparte a salvação recebida, a experiência da fraternidade, preocupada com as carências e os sofrimentos alheios, é algo de conatural, instintivo e não produto de um pensamento cartesiano ou idealista que vê nas angústias do outro algo exterior ao meu ser. Assegura o Papa Francisco: «A vida do fiel torna-se existência eclesial [...]. E dado que Cristo abarca em Si mesmo todos os crentes que formam o Seu corpo, o cristão compreende-se a si mesmo neste corpo, em relação primordial com Cristo e os irmãos na fé» (LF 22).

Se este corpo for consequente com o estilo de vida de Jesus, então, no seu operar, acaba por denunciar a falsidade dos deuses modernos, tais como

⁸ M. TOSO, *Los Obispos y la Doctrina Social de la Iglesia*, 10-11 [Comunicação datilografada apresentada às Jornadas Pastorais do Episcopado *A organização da sociedade à luz da Doutrina Social da Igreja*, em Fátima, a 19 de junho de 2013].

o dinheiro, a técnica pela técnica e o poder sem serviço. Ao colocar no topo da pirâmide atitudes tais como amor/doação, solidariedade, partilha, fraternidade, enquanto atualiza a salvação operada em Cristo, a Igreja fermenta uma nova cultura de rosto humano, procede à inversão da hierarquia de valores dominantes e desacredita ou seculariza a tecnocracia, o materialismo e o consumismo, absolutos-de-substituição adorados por tantos contemporâneos nossos⁹.

É aqui que o corpo eclesial é chamado a dar um dos maiores contributos para este tempo: a instauração de uma nova cultura, de um novo humanismo, de uma nova civilização a ser construída por gente «nova», isto é, portadora de novos conceitos e nova forma de vida. Só isso pode renovar a sociedade, as instituições, a economia e a política¹⁰. Mas também só assim a comunidade crente cumpre o alto desiderato de Jesus: «Vós sois o sal da terra. Vós sois a luz do mundo» (Mt 5, 13). E, nesta época de aceleração da história, de mutações contínuas, também só assim há garantia de uma transformação que efetivamente sirva o homem e a sociedade, pois só Jesus Cristo é garante do realmente verdadeiro e justo. Fora d'Ele, facilmente confundimos a nuvem com Juno.

3. O amor samaritano da Igreja

Porém, na sua ação concreta, desgraçadamente, a Igreja nem sempre tem sido transparente na vivência deste amor e consequente ação transformadora no mundo. Por vezes, em nome de um espiritualismo desencarnado, esquece-se da obrigação de ser motor da história. Temos de o reconhecer com coragem. Como alguém dizia, há matéria abundante para escrever uma «história da ausência dos cristãos nos sofrimentos imensos dos homens»¹¹. Não que a Igreja não seja pioneira no colmatar de algumas situações de carência. Mas no sentido de que, muitos membros do corpo eclesial não só não vivem de forma muito mais radical a relação com o irmão que sofre, como também se evadem perante a dor, a fome, a marginalidade, a pobreza, a questão do trabalho, a violência e a guerra! E esta fuga à realidade acaba por gerar uma crise de identidade, de desunião, de cansaço, de desorientação. Não a nível referencial ou doutrinal. Mas na redução da fé a determinadas práticas exteriores que não arranham muito a existência concreta. O que gera, no interior da

⁹ Cf. V. GONZÁLVEZ, *Inteligência moral*. Bilbao: Desclée, 2000, 91-102.

¹⁰ Cf. M. TOSO, *La nueva evangelización de lo social*, 4-7 [Comunicação datilografada apresentada nas já referidas Jornadas Pastorais do Episcopado].

¹¹ B. BENNÁSSAR, *Moral para una sociedad en crisis. Desafíos, proyectos, respuestas*. Salamanca: Sígueme, 1986, 259.

Igreja, a sensação de vazio e a pergunta sobre para que serve a fé. E, nos de fora, a crítica azeda de uma fé que eles dizem alienante.

A questão não é nova. Foi muito explorada a partir do século XVIII e levou à constituição de correntes de pensamento e de atuação política que se traduziram em verdadeira perseguição à fé cristã. Porquê? Um conhecido texto de Metz obriga-nos a refletir: «A Igreja perdeu a força de irradiação, não por exigir demasiado, mas precisamente por pedir pouco, isto é, por apresentar com pouca clareza as suas exigências à luz das prioridades do próprio Evangelho. Se a Igreja fosse “mais radical” evangelicamente, talvez não necessitasse ser tão “rigorosa” legalmente [...]. O cristianismo [...] está chamado a ser pedra de toque da história [...]. O amor aos marginalizados, dado que supõe “conversão dos corações”, será classificado como débil e ineficiente pelos provados estratégias da luta de classes e estigmatizado como inútil pelos intérpretes da sociedade burguesa»¹².

3.1. Radicalidade evangélica e ação caritativa

Mas “ao princípio não foi assim” (Mt 19, 8). A grande história da Igreja é a narrativa de um casamento de amor inflamado, uno e indissolúvel, entre a fé e as diversas pobreza¹³. Como o confirmam os próprios inimigos da Igreja. Por exemplo, e só como exemplo, Juliano o Apóstata, inimigo visceral dos cristãos, a quem denominava «ateus» por se recusarem a adorar os velhos deuses pagãos do antigo império, prega num dos seus discursos: «Será que nós não vemos que o que mais contribuiu para o crescimento do ateísmo [isto é, do cristianismo] é a humanidade com que eles atendem os estrangeiros e o cuidado que põem em enterrar os mortos? É vergonhoso que os ímpios galileus [isto é, os cristãos] além de alimentar os seus mendigos, alimentem também os nossos, enquanto é bem notório que nós não lhes dedicamos qualquer cuidado»¹⁴. E como ele era agressivo, mas não estúpido, vá de fazer leis que obrigassem os sacerdotes pagãos a exercer a assistência social, como condição para que o paganismo recuperasse a sua credibilidade e antiga implantação. Mas entre uma assistência imposta pela força da lei e uma caridade inflamada pelo exemplo de Jesus Cristo, não havia dúvidas: esta, a dos

¹² J. METZ, *Más allá de la religión burguesa. Sobre el futuro del cristianismo*. Salamanca: Sígueme, 1982, 17-19.

¹³ Uma agradável síntese pode encontrar-se em L. GONZÁLEZ-CARVAJAL, *El clamor de los excluidos. Reflexiones cristianas ineludibles sobre los ricos y los pobres*. Santander: Sal Terrae, 2009, 197-218.

¹⁴ JULIANO, *Contra los galileos. Cartas y fragmentos. Testimonios. Leyes*. Madrid: Gredos, 1982, 129-130.

cristãos, floriu em múltiplas formas e obras; a dos pagãos, estiolou e morreu à nascença. De qualquer modo, este acontecimento ficou como bilhete de identidade da fé cristã, a contragosto passado por um dos seus inimigos.

E não podia ser de outro modo. A comunidade crente, chamada a viver da fé e a dar testemunho dela diante dos homens, sabe que a «visibilidade» dessa fé se chama amor misericordioso. O discípulo experimenta a revelação do Pai em Jesus Cristo como Amor que se entrega sem reservas e imita-o na doação aos outros em obras de libertação de todo o género de mal. Esta experiência é como que intuitiva. A inteligência que a explica e lhe dá forma vem em segundo lugar. Razão pela qual, muitas vezes, são os simples e humildes os mais apetrechados na fé testemunhal. Porque, pela sua adesão íntima, foram capazes de penetrar no mistério central da fé: «A relação fundamental em que se cumpre, mesmo sem palavras, a substância da fé testemunhal é a de ágape. Nesta raiz, enxerta-se, além disso, uma dupla polarização simbólica de valores atestativos/representativos da verdade da ágape de Deus no amor cristão: a entrega incondicional e a reciprocidade fraterna [...]. Sempre que esta relação se produz e as obras correspondentes a acompanham, o anúncio do reino de Deus traz força e vigor. Quando a verdade evangélica da *justitia Dei* é confirmada pela obra do amor [...] também as testemunhas são confirmadas»¹⁵.

A caridade, a exemplo de Jesus, é o identificativo e o conteúdo fundamental do agir cristão. Nela se condensam toda a lei e os profetas (cf. Mt 22, 37-40). E porque assim é, para além daquela caridade tu-a-tu – a tal em que nem sequer a mão esquerda sabe o que faz a mão direita (cf. Mt 6, 3) –, historicamente, a Igreja consubstanciou em específicos âmbitos a organização da caridade vivida na comunidade crente. São as obras de caridade ou de misericórdia, sempre com o objetivo não só de colmatar carências momentâneas, mas especialmente de promoção humana integral. Por isso, como que se tornam o cartão de visita dos seguidores de Cristo: «As obras de caridade não consistem numa suplência de carências provisórias/ocasionais do estado, nem, muito menos, competição com ele, mas expressão originária e criativa da fecundidade do amor cristão»¹⁶.

Temos de repensar muito esta dimensão. Até porque um dos intentos da modernidade consistiu em retirar a ação caritativa à Igreja. A partir do século XVIII, o poder político, que se encaminhava para a noção de «Estado de Bem-estar», procurou espoliar a Igreja dos seus bens – mormente as ordens

¹⁵ P. SEQUERI, *A Ideia da Fé. Tratado de Teologia Fundamental*. Braga: Frente e Verso, 2013, 258-260.

¹⁶ JOÃO PAULO II – Discurso aos participantes no encontro de Loreto. In http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1985/april/documents/hf_jp-ii_spe_19850411_convegno-loreto_it.html.

religiosas – para converter em direito jurídico o que, até então, era considerado dever moral. Claro que este processo nem sempre garantiu bons resultados. Mas continua a verificar-se um certo «encarniçamento» neste âmbito: a tentativa de fazer do Estado o detentor de toda a ação social (segurança social, saúde, educação, etc.). Consequentemente, de fazer da Igreja e das ONG um apêndice tolerado. As iniciativas da sociedade são vistas como subsidiárias em relação ao Estado quando deve ser precisamente o contrário. Quer cronológica, quer axiologicamente, antes, muito antes do Estado está a pessoa e o seu direito natural de se associar com outras para prosseguir fins bons.

3.2. Caridade e manifestação do reino de Deus

Mesmo que o Estado de Bem-estar, que procura colmatar as necessidades materiais dos seus cidadãos, desde o berço à sepultura, alcançasse plenamente este objetivo, nem por isso a Igreja poderia claudicar na sua ação caritativa. Como insistia Bento XVI, «para a Igreja, a caridade não é uma espécie de assistência social que também se poderia deixar a outros, mas pertence à sua natureza e é manifestação irrenunciável da sua própria essência» (*Deus caritas est*, 25).

Assim sendo, importa ter claras duas ideias essenciais: primeiro, a Igreja não deve repetir nem competir quer com os âmbitos, quer com os métodos do Estado, nem, muito menos, transformar-se numa espécie de funcionária gratuita ou barata que este usa para fazer o que quer e como quer; segundo, a caridade eclesial só se distingue da assistência social do Estado quando tomar consciência das diferentes lógicas que regem uma e outra. Ora, segundo um autor com larga experiência teórico-prática neste domínio, em qualquer sociedade existem três lógicas para lidar com os recursos disponíveis. Ele apresenta o seguinte quadro¹⁷:

Lógica	Agente	Atua no âmbito de	Motor	Estabelece vínculos	Trata as pessoas como
Intercâmbio	Empresa	Mercado	Lucro	Mercantis	Clientes
Direito	Poderes públicos	Estado	Legalidade	Burocráticos	Cidadãos
Dom	Terceiro setor	Relações interpessoais	Solidariedade	Comunitários	Próximo

¹⁷ L. GONZÁLEZ CARVAJAL, *El clamor...*, cit., 219 e seguintes. Este autor foi, durante muitos anos, secretário geral da muito dinâmica Caritas Espanhola.

Como o mesmo autor acentua, estas três lógicas têm razão de existir nos seus âmbitos próprios e até são indispensáveis para que a realidade do dia a dia funcione. O mal está quando os setores superiores usam a lógica dos inferiores. De facto, não há muito perigo de, por exemplo, a empresa usar a lógica do dom, mas é uma triste realidade que as organizações caritativas possam correr o risco de usar a lógica da empresa. Como esta constitui o cume do sistema capitalista, hoje avassalador, tem a tendência para invadir todos os domínios. Mas quando os setores mais débeis da sociedade têm de receber bem mais do que aquilo que podem dar? Nesse caso, obviamente, o capitalismo despreza-os. Porém, mal seria que as lógicas do direito e do dom procedessem da mesma forma.

É de reconhecer vontade assistencial ao moderno Estado social. Porém, este possui uma especialíssima capacidade de se embaraçar nas teias burocráticas que ele mesmo cria¹⁸. Consequência: os seus serviços são caros, frios e nem sempre chegam aos efetivamente necessitados. E quando chegam, chegam sem coração, sem calor humano, sem uma empatia que gere uma específica forma de familiaridade. É por isso que a Igreja – e mesmo setores ditos laicos, organizados em respeitáveis ONG – é portadora de algo específico, habitualmente designado por «lógica do dom». E porque sabe que possui algo de próprio – não tanto nos conteúdos quanto nas motivações – não pode deixar de reivindicar o seu direito originário de traduzir a fé em obras e aproximar-se de quem sofre, como afirma o Concílio: «Sem deixar de alegrar-se com as iniciativas dos outros, [a Igreja] reivindica para si a obra da caridade como dever e direito próprios de que não pode prescindir. [...] A misericórdia para com os necessitados e doentes e as chamadas obras de caridade e de ajuda mútua para aliviar todas as necessidades humanas são consideradas pela Igreja com singular honra» (AA 8).

¹⁸ Apenas como exemplo anedótico, refiro um caso com que contactei no Seminário diocesano que, há anos, dirigia. Para me «instigar» a acolher gratuitamente dois irmãos originários de um dos concelhos da sua área de atuação, o Centro Regional de Segurança Social local enviou-me um *dossier* que pesava quilos, tal o número de páginas. Porque achei o relatório absolutamente desproporcionado, por mera curiosidade, pus-me a fazer contas de quanto se havia gasto para o produzir: múltiplas viagens para entrevistas com a família em causa, alimentação nessas viagens nele referidas, despesas de contactos, salários das técnicas e assistentes sociais, peritagens de psicólogos, atestados da Junta de Freguesia, tempo que fizeram perder aos interessados, tempo para datilografar os relatórios, papéis e fotocópias, consumíveis, etc. E cheguei a uma conclusão: o que a Segurança Social gastou para elaborar esse relatório seria suficiente para sustentar esses dois alunos, durante quase dois anos, de acordo com as mensalidades então em vigor nesse Seminário. Curiosamente, esse relatório serviu apenas para «chover no molhado»: os dois irmãos já frequentavam o Seminário gratuitamente. Desde o primeiro dia em que lá entraram. Veio atrasado e fora do contexto. E o Seminário sempre recebeu do Estado a bonita quantia de... zero escudos.

Não sei se temos retirado disto todas as consequências. Se a Igreja, segundo a exemplaridade da comunidade modelo de Jerusalém (cf. At 2, 42-47), assenta no tripé constituído pela evangelização, liturgia e caridade¹⁹, não estaremos em presença da verdadeira Igreja se falhar alguma destas dimensões. Por isso, mormente nas nossas paróquias e casas religiosas, omitir o serviço da caridade deveria ser tão chocante como acabar, por exemplo, com a catequese paroquial ou deixar de batizar ou de celebrar a Eucaristia dominical²⁰.

4. O grande princípio ético derivado da fé

O destinatário da caridade cristã é todo aquele que dela necessitar. Sem qualquer filtro derivado da simpatia, da posição social, da fé ou outro. Não obstante, pela exemplaridade que se colhe na Sagrada Escritura, o grande critério da misericórdia é a opção preferencial pelo pobre. Tal como Jesus de Nazaré que faz dos pobres o distintivo da Sua missão: põe-Se do lado deles, sente-se ungido pelo Espírito do Senhor para «anunciar a Boa Nova aos pobres» (Lc 4, 18) e proclama-os os primeiros de entre os bem-aventurados (cf. Lc 6, 20)²¹.

4.1. Deus, aliado do pobre

A salvaguarda dos direitos dos pobres é transversal a toda a Bíblia. Já no Antigo Testamento, Deus toma decididamente o partido dos pobres²². Por isso, dão-se regras sobre as colheitas e as vindimas para que também os pobres e os estrangeiros possam colher algo (cf. Lv 19, 9 ss). Ordena-se aos reis que assumam a função de representar Deus, Pai dos pobres: «Ele libertará o pobre que suplica, o miserável que não tem outros apoios; cuidará do débil e do pobre; aos pobres salvará a vida» (1 Sam 2, 7-8). Com o progresso da revelação, acentua-se esta certeza: que o pobre (*'anawim*) é um predileto de Deus. A ponto de o salmista poder cantar: «O pobre clamou e o Senhor o ouviu. Libertou-o de todas as suas angústias» (Sl 72, 12-13).

O NT abre com o *Magnificat* (Lc 1, 46-56) que recupera a teologia do AT e opta, sem reservas, pela salvação dos pobres: «derrubou os poderosos de seus tronos e exaltou os humildes; aos famintos encheu de bens e aos ricos despediu de mãos vazias». É a grande afirmação da justiça de Deus que socorre os

¹⁹ Bento XVI escreveu na celebrada encíclica «Deus caritas est»: «A caridade faz parte da missão originária [da Igreja] do mesmo modo que o serviço à Palavra e aos sacramentos» (n.º 32).

²⁰ Cf. L. GONZÁLEZ-CARVAJAL, *El clamor...*, cit., 223.

²¹ Cf. J.-R. FLECHA, *Moral Social. La vida en comunidad*. Salamanca: Sígueme, 2007, 279-304.

²² Cf. C. BROVETTO – Pobres/Pobreza. In DICCIONARIO ENCICLOPEDICO, cit., 800-801.

pobres e faz deles objeto de eleição. Por isso, Maurras, cuja mentalidade é bem conhecida, felicitou a Igreja – diz ele que sem ironia – por, ao longo dos séculos, ter transmitido o *Magnificat* em latim, para que o povo o não pudesse entender, e «embrulhado» em música gregoriana, «para atenuar o seu veneno»²³...

Jesus segue na mesma direção. Aos discípulos do Batista que indagam se é Ele o cumprimento das promessas do Pai, apresenta a ação em favor dos pobres e dos sofredores como a grande prova da Sua messianidade: «Ide contar a João o que vedes e ouvis: os cegos veem, os coxos andam, os leprosos são limpos, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e a Boa Nova é anunciada aos pobres» (Mt 11, 4-5). Com base em textos e ressonâncias do AT, Jesus mostra a natureza da salvação que vem anunciar e realizar: não se trata de uma mera doutrina, mas de gestos de compromisso efetivo para com quem se encontra em situação degradante. Consequentemente, quem os não fizer não pode tomar parte no Reino de Deus. É o caso dos que veem «um dos irmãos mais pequeninos» com fome, sede, peregrino, nu, doente, preso e não prestam assistência (cf. Mt 25, 31-46). É que «Deus comove-se com os pobres, os aflitos, os que choram, os que sofrem»²⁴. Nos gestos de cura, Jesus apresenta-Se como a salvação que eles anseiam. A ponto de os declarar «bem-aventurados porque deles é o Reino dos Céus» (Mt 5, 3).

A Igreja primitiva compreendeu isto muito bem. Por isso, desde o princípio, dedicou-lhes muito do seu melhor. Recordo apenas três dados: a instituição do diaconado para o serviço dos mais pobres dos pobres (cf. At 6, 1-6); a partilha de bens para que entre eles não houvesse necessitados (cf. At 4, 32-37) e a coleta para os cristãos de Jerusalém, quando adveio a fome (2Cor 8,1-9,15). É que os crentes sabiam bem que ignorar os pobres seria fazer o mesmo que o rico avarento perante Lázaro (cf. Lc 16, 19-31): porque infiel ao projeto de Deus para o mundo, o rico não poderia receber outra coisa que não fosse a exclusão do Seu Reino. Mas Lázaro – literalmente, «Deus ajuda» – pode ter a certeza de que, mesmo que todos falhem, Deus está por perto como sua salvação.

4.2. Opção preferencial pelo pobre

Se é nuclear, na Bíblia, a afirmação dos «direitos dos pobres», os cristãos não podem não reconhecer esses direitos como instância crítica para a sua fé e para o timbre de humanismo da sociedade que ajudam a edificar²⁵. O futuro

²³ Ch. MAURRAS, *Le Chemin de Paradis*. Paris: Calmann-Lévy, 1895, XXX.

²⁴ R. AGUIRRE – Reino de Dios y compromiso ético. In M. VIDAL, *Conceptos...*, cit., 76.

²⁵ Como ressaltam os bispos espanhóis, numa linguagem muito viva, a partir da revelação bíblica é clara a noção de que a luta contra a pobreza material é norma estruturante da organização eclesial: «Podemos dizer que Jesus nos deixou como que dois sinais da Sua presença: um,

novo, que só o Reino realizará em plenitude, reclama que esses direitos dos pobres sejam assumidos como prioridade. Porventura, ainda que isso suponha alguma redução dos nossos direitos burgueses. É o que se designa por amor ou opção preferencial pelo pobre. Este princípio, a reafirmar «com toda a força», «requer que se cuide com particular solicitude dos pobres, daqueles que se acham em posição de marginalidade e das pessoas cujas condições de vida impedem o seu crescimento adequado»²⁶. É uma opção preferencial e não exclusiva, de classe.

O cuidar do pobre, de facto, é um dos principais distintivos da atuação da Igreja e chave da vida cristã. Com frequência, está ligada aos melhores filhos da Igreja, os santos, que se dedicaram a esta tarefa e criaram organizações para a desenvolver. Por isso, o cuidado dos pobres exprime-se na maior diversidade de carismas de que há memória²⁷. E mais: quase sempre antecipam e promovem épocas de renascimento religioso, após algum «inverno da fé». Porque obrigam a Igreja a recentrar-se na sua verdade originária: «Cristo, sendo rico, fez-Se pobre para nos enriquecer com a Sua pobreza» (2 Cor 8, 9).

Como é visível na atuação de Jesus, a ligação da Igreja ao pobre não é por causa das virtudes deste ou porque ele seja particularmente bom e piedoso. Não se pode romantizar a pobreza. Com frequência, a pobreza não é um reportório de virtudes morais, mas exatamente o contrário: profundamente desumanizada. Por isso, mais o reino do vício que da virtude²⁸. A opção pelo pobre implica, portanto, partir deste pressuposto para realizar a sua elevação pessoal, social e moral. Porventura, deverá começar pela base económica, lugar de enraizamento de outros âmbitos humanos. Mas tem de chegar a todos os outros. Libertar o pobre é permitir que Deus atue nele a Sua força e o eleve. Incluindo na dimensão espiritual e religiosa. Jesus, que chama todos à conversão, também inclui o pobre. E esta conversão equivale à completa reorganização da vida e do ser.

O distintivo do cristianismo não é a pobreza. O que a fé cristã ressalta é a sua ligação umbilical ao pobre, o que é outra coisa. Não sendo uma associação de pobres, a Igreja é dos pobres, para os pobres e, ela mesma, chamada a

sacramental, a Eucaristia, no interior da comunidade; outro, existencial, nos bairros de lata, nos marginalizados, nos doentes de SIDA, nos velhinhos e abandonados, nos esfomeados, nos drogados». CONFERENCIA EPISCOPAL ESPAÑOLA, *La caridad en la vida de la Iglesia* [21/02/1994], n.º 22 (http://justiciapaz.dominicos.org/kit_upload/PDF/jyp/Documentos%20eclesiales/La_Iglesia_y_los_pobres_01.pdf).

²⁶ CONSELHO PONTIFÍCIO «JUSTIÇA E PAZ», *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, n.º 182.

²⁷ Cf. DEPARTAMENTO DE PENSAMIENTO SOCIAL CRISTIANO, *Una nueva voz para nuestra época* (PP 47). Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 2000, 227.

²⁸ Cf. L. GONZALEZ-CARVAJAL, *El clamor*, cit., 205-207.

ser voluntariamente pobre, mediante a sublime liberdade do desprendimento e da austeridade. Talvez por isto mesmo é que advenha a dificuldade não tanto de acreditar no Evangelho, mas de o viver a partir do interior da Igreja²⁹...

Conclusão

Um dia, o jovem Joshua perguntou ao rabino Hibrahim: «Mestre, a seita dos cristãos diz que o reino de Deus já chegou. Será verdade?» O velho rabino, sem dizer palavra, aproximou-se da janela e convidou o discípulo a fazer o mesmo. Depois, inquiriu: «Que vês?» «Vejo o mercado de todos os dias». «Vês algo de diferente?», insistiu o Mestre. «Não. Vejo os vendedores a tentar impingir o seu produto e os compradores a regatear para o comprar mais barato. E vejo dinheiro a circular.» «Pois é», diz Hibrahim. «Como vês, nada mudou. O reino de Deus ainda não chegou. Isso é patranha dos galileus.»

Entretanto, uma cena lhe fixou a atenção: uma mulher, com ares de pobre e velha, rondava uma banca onde se vendiam produtos alimentares. Ao vê-la, o dono acolheu-a com um sorriso, falou-lhe algo ao ouvido, encheu-lhe um saco. Chamou-lhe a atenção os gestos da velhota, de contínuo agradecimento. É então que o rabino se dirige ao discípulo: «Afinal, parece que o reino de Deus chegou mesmo. Só que alguns de nós não estamos preparados para o ver!».

O reino de Deus é a própria atuação de Jesus na vida do crente e, por este, no mundo, como salvação e confronto ou julgamento das negatividades dos comportamentos e da história. O reino não é propriedade do homem e nem sequer da Igreja. É sempre ação de um Deus que salva. A todos, mas com especial predileção aos pobres, pecadores e excluídos. Às tais «periferias» a que repetidamente nos tem enviado o Papa Francisco. Em Jesus, esse reino é uma ação de justiça, uma intervenção que não deixa as relações como estão, mas que as torna mais retas e humanizadas, criando uma nova ordem no mundo³⁰.

Aquele que foi enxertado em Cristo pelo batismo (cf. Col 3, 5, 10) exprime nas suas obras o originado na ação deste Deus que o habita. A fé do cristão é vida em Cristo ou vida de Cristo no cristão. Como tal, conjuga, em simultâneo, três dimensões: é fé professada, celebrada e vivida. Quem tem fé conjuga o gesto cultural com o viver quotidiano: os dois são interdependentes, pois constituem a dupla face da mesma moeda: «O sim da fé precisa de ser *dito* e

²⁹ Cf. B. BENNÁSSAR, *Moral...*, cit., 248 ss.

³⁰ Cf. B. MAGGIONI – Reino de Dios. In DICCIONARIO... cit., 843-845.

precisa de ser *feito*»³¹. E ser «feito» segundo a exemplaridade de Cristo que se dá todo. Já o sabemos desde sempre. Mas convém não o esquecer, como no-lo lembra S. João Crisóstomo: «Quando é necessário alimentar-te a ti, Cristo não poupa a sua própria carne; e quando é necessário dar-te de beber, não poupa nem regateia o seu próprio sangue. E tu não divides o teu pão e a tua bebida? Que perdão poderás esperar, tu que, havendo recebido tantos e tão preciosos dons, te mostras tão tacaño em coisas de pouco valor?»³².

O «anúncio do Evangelho aqui e agora» não passa, portanto, por especiais técnicas de persuasão ou planeamentos bem orquestrados, mas por esta fé professada que se exprime em fé celebrada e se «visualiza» em fé vivida na aproximação ao irmão. A única fé salvadora, pois, como lembra o Papa Francisco, «a fé em Cristo salva-nos, porque é n'Ele que a vida se abre radicalmente a um amor que nos precede e transforma a partir de dentro, que age em nós e connosco» (LF 20).

³¹ S. BASTIANEL, *Vita morale nella fede in Gesù Cristo*. Milano: San Paolo, 2005, 72.

³² Citado por L. GONZÁLEZ-CARVAJAL, *El clamor...*, cit., 262.